

A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DO MERCOSUL: Uma análise a partir da Cúpula Social do MERCOSUL (2006-2013)

RENATA DA SILVA GONÇALVES¹;
LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN³

¹*Universidade Federal de Pelotas – renatinha.j.c.always@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas - luballestra@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A partir de 2003, foram introduzidas ao processo de integração do MERCOSUL uma série de medidas com ênfase em questões sociais e culturais. Um deles é a Cúpula Social do MERCOSUL, um mecanismo de diálogo que tem como objetivo, além de ampliar o número de atores da sociedade civil dentro do bloco, sistematizar e propor uma agenda social ao MERCOSUL. Foi criada em 2006 e desde então é realizada a cada seis meses, antecedendo as Cúpulas presidenciais.

O funcionamento da Cúpula se dá através de Grupos de Trabalhos (Gts) temáticos, compostos por representantes dos governos, órgãos do MERCOSUL e organizações sociais que deliberam e ao final redigem sua declaração que será entregue aos presidentes dos Estados-Membros.

No Brasil, uma larga agenda de pesquisa sobre a atuação da sociedade civil e sua relação com o Estado já existe, contudo ainda há poucos trabalhos que ofereçam ferramentas teóricas capazes de lidar com esse tipo de arranjo além do Estado. Assim o objetivo do trabalho é realizar um mapeamento sobre a atuação da sociedade civil dentro da Cúpula Social do MERCOSUL buscando conhecer quem são os atores que fazem parte do debate, de que forma se associam, qual sua escala de atuação e as demandas e interesses que apresentam.

2. METODOLOGIA

Serão utilizadas como metodologias do trabalho: análise qualitativa e mapeamento analítico. A pesquisa será feita com Observação da Cúpula Social do MERCOSUL, in locus, para entender como se dá seu funcionamento, estrutura, como são realizados os debates dentro dos grupos de trabalho e se possível realizar alguma entrevista, além da análise dos documentos oficiais.

Como fonte primária serão utilizados os documentos produzidos nas Cúpulas, ou seja, análise de todas as declarações feitas pela Cúpula até a metade de 2013, para identificar os novos participantes que foram inseridos no debate mercosulinos, como tem se articulado e quais suas demandas.

Em virtude da dificuldade para acessar os dados oriundos das Cúpulas se estipulou que seriam analisadas as declarações elaboradas pela I até a XV Cúpula. Tendo em vista que elas ocorrem duas por ano, o intervalo de Julho de 2006 até Julho de 2013 gera um número significativo de material a ser analisado.

Já como fontes secundárias se realizará uma revisão bibliográfica para apresentar o cenário político em que se iniciaram e se desenvolveram as mudanças dentro do bloco e o desenvolvimento do conceito de Sociedade Civil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos anos 70 e 80 do século XX, principalmente pelos acontecimentos no Leste Europeu e na América Latina, houve um revigoramento no debate sobre a sociedade civil, que se baseava na contraposição ao Estado. Assim nas democracias emergentes a ideia de sociedade civil perde o caráter revolucionário e adquire o significado de transformação.

De modo geral, os países da América Latina possuem uma realidade heterogênea (DAGNINO et al, 2006), marcada por vários projetos políticos: autoritários, neoliberais a participativos, instituições institucionais fragmentadas e uma sociedade civil que abarca um grande número de atores com diferenças políticas, sócias e culturais.

O processo de "democratização" na América Latina evidenciou os problemas da teoria universal proposta por Cohen e Arato (1995). Nessa perspectiva, a sociedade civil latino-americana tem apresentado uma ressignificação para o conceito, por meio de manifestações contestatórias e participativas, como: Conselhos Comunitários venezuelanos e os Orçamentos Participativos no Brasil. Entendendo a relação entre Sociedade Civil e Estado em termos de parceria, cooperação, substituição e pressão, onde a iniciativa pode partir de qualquer dos lados (BALLESTRIN, 2010).

Vários arranjos de Democracia Participativa foram criados dentro dos novos regimes democráticos dando um papel importante para associações

cívicas, ONGs e movimentos sociais (AVRITZER, 2003).

E trouxe reflexos para o MERCOSUL, como a criação de mecanismos de diálogo como a Cúpula, numa tentativa transnacional de aplicar elementos de Democracia Participativa ao bloco.

A fim de ampliar o número de participantes (organizações de mulheres, imigrantes, povos indígenas, afro-descendentes, juventude, trabalhadores, pequenos empresários, cooperativas, partidos políticos, ONG's, pessoas com deficiências entre outros) e conseqüentemente os assuntos que serão tratados com intuito de formular reivindicações e colocá-las na agenda do bloco.

Como ocorreu com a criação do Instituto Social do MERCOSUL, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias, Departamentos do MERCOSUL, o Comitê de Municípios, a realização de reuniões especializadas da juventude do MERCOSUL, entre outros.

Menos institucionais assuntos como saúde, educação, agricultura familiar e projetos para micro e pequenos empresários também tem sido levado à discussão.

Assim, houve avanços quanto a circulação de produtos de assistência à saúde e desde 2007, grupos de trabalho entre Brasil e Uruguai foram criados nas zonas de fronteira a fim de garantir o acesso à saúde pública as populações dessas áreas.

A criação de novos canais para expressão de reivindicações para Sociedade civil acaba transformando o MERCOSUL numa estrutura de oportunidades para articulação de associações transnacionais e redes.

4. CONCLUSÕES

As atividades propostas pelas Cúpulas Sociais colocaram ao alcance da sociedade civil a possibilidade de não terem suas demandas apenas ouvidas, mas também reconhecidas como legítimas e, até mesmo, incorporadas nos planos do MERCOSUL (RAZAN, 2011). Contudo extremamente relacionadas a questões de trabalho e economia. Isso se dá pela heterogeneidade das associações da sociedade, já que o MERCOSUL entende sociedade civil de forma muito mais ampla que o conceito criado por Cohen e Arato ou mesmo os autores latino-americanos, não só na sua conceituação, mas principalmente

quanto aos critérios de pertencimento. Ela tem sua atuação no âmbito nacional ou local, entretanto o MERCOSUL acaba propiciando a criação de uma estrutura de oportunidades, o que estimula uma interconexão transnacional da mesma.

Apesar dos avanços, os espaços, assim como aconteceram nas tentativas de democracia participativa no Brasil, seguem sendo organizado de cima para baixo e mesmo tendo aumentado o número de participantes, os atores sociais ficam em um grupo restrito, o que conforme Alemany e Leandro (2006) seria por causa do alto grau de elitização na representação da sociedade civil.

5. REFERÊNCIAS

- ALEMANY, C; LEANDRO, B. **Analisis e propuestas para la participación ciudadana en MERCOSUR**. Montevideu, Friedrich ElbertStiftung, 2006
- ARATO, A.; COHEN, J. **Civil society and political theory**. Massachusetts, MIT Press, 1995
- AVRITZER, L. . O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: Leonardo Avritzer; Zander Navarro. (Org.). **A Inovação Democrática no Brasil**. Sao Paulo: Cortez, 2003
- BALLESTRIN, L. **Com quantas armas se faz uma sociedade —civil? Controles sobre armas de fogo na governança global, Brasil e Portugal (1995-2010)** UFMG, Belo Horizonte, 2010
- RANZAN, E. **O MERCOSUL no século XXI: combatendo assimetrias e ampliando o dialogo**. Monografia de Curso de Relações Internacionais,Ufrgs. Porto Alegre, 2011